

Resumo Executivo - [PL n° 2993 de 2019](#)

Autor: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)

Apresentação: 21/05/2019

Ementa: Estabelece requisitos mínimos de transparência ativa na administração pública federal em matérias relacionadas à defesa agropecuária.

Orientação da FPA: Favorável ao projeto

Comissão	Parecer	FPA
CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova Parecer favorável ao Projeto.	Favorável ao parecer do relator
CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	Relatório do Senador MARCIO BITTAR favorável ao projeto.	Favorável ao parecer do relator

Principais pontos

- O PL estabelece requisitos mínimos de transparência a serem observados pela administração pública federal relativamente a atos normativos do Poder Executivo Federal em matérias relacionadas à defesa agropecuária.
- Estão sujeitos:
 - Atos ordinatórios que sejam uteis para interpretação das normas relativas à defesa agropecuária no âmbito federal;
 - Tratados, convenções, acordos, protocolos, memorandos de entendimento, ajustes e outros atos internacionais; e
 - Decisões dos julgamentos de recursos administrativos interpostos contra decisões relativas à aplicação das normas de defesa agropecuária.
- Todos esses atos devem ser disponibilizados em sítios da internet, organizados por tema, de forma a facilitar a pesquisa pelo público interessado.
- As informações disponibilizadas são franqueadas ao público, sendo vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos da solicitação, bem como a identificação do solicitante

Justificativa

- Nas últimas décadas o Brasil passou da condição de importador a um dos maiores exportadores de alimentos do mundo e os números do agronegócio nacional se apresentam surpreendentes. Nos últimos 20 anos, a área plantada com grãos cresceu 37% no Brasil, enquanto a produção aumentou 173%.

- O aumento da produção interna de alimentos e a produção voltada ao mercado externo são resultado do investimento crescente em pesquisa, genética, nutrição, manejo, e passam, também, pelo fortalecimento da Defesa Agropecuária.
- Nesse sentido, o PL tem por foco compelir a Administração Pública Federal a organizar e publicar todo o ordenamento regulatório relativo à defesa agropecuária no âmbito federal. Embora o Poder Executivo já conte com um Sistema de Consulta à Legislação Agropecuária (SISLEGIS), há necessidade de que as informações sejam organizadas de forma a permitir que eventuais interessados possam de fato conhecer a legislação atualmente existente relacionada aos temas de seu interesse.
- Tendo em vista a relevância da matéria para a transparência nos atos relativos à defesa agropecuária, o projeto é meritório e deve ser aprovado.